



Rascunho do capítulo publicado em BAROSSO, S. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. (Org.). *Diálogos em Psicologia: práticas profissionais e produção do conhecimento*. 1ed. Uberaba: Editora da UFTM, 2012, p. 107-120.

Construcionismo social e investigação científica: aberturas para a produção de conhecimento

Laura Vilela e Souza; Manoel Antônio dos Santos

Questionando a busca de verdades universais em ciência e problematizando as tradições modernas de pesquisa, a perspectiva pós-moderna construcionista social busca oferecer algumas aberturas para se pensar a produção de conhecimento científico. Neste texto, apresento essa perspectiva em seus principais pressupostos e sua articulação com a proposição de algumas transformações na forma com que tradicionalmente o fazer pesquisa pode ser pensado. Além disso, abordo os conceitos de funcionalidade e reflexividade como alternativas às noções de validade e objetividade em ciência e apresento brevemente de que forma a inteligibilidade construcionista social entende as escolhas metodológicas em um processo de pesquisa, incluindo a problematização do que é entendido como justificativa, objeto de estudo, coleta de dados e análise.

As mudanças paradigmáticas em ciência disponibilizam novas inteligibilidades sobre o mundo. Gergen (1997) define um núcleo de inteligibilidade como um corpo de proposições teóricas, metateóricas e metodológicas que são comuns entre os membros de uma dada

comunidade, como, por exemplo, uma comunidade científica. A partir da circunscrição de uma inteligibilidade, algumas certezas sobre as coisas são compartilhadas. Nas trocas realizadas nesses núcleos, ontologias são defendidas e sistemas de entendimento dessas ontologias são criados. As convenções discursivas tendem, segundo o autor, a sedimentar e limitar as práticas sociais, devendo os pesquisadores estar sensíveis às consequências dessas convenções. Movimentos de questionamento do *status quo* promovem a construção de inteligibilidades alternativas, e pesquisadores buscam validar as diferentes realidades, verdades e versões que indicam a multiplicidade de construções de mundo possíveis (Gergen & Gergen, 2007).

Ainda que se evitem formulações fixas e fechadas sobre o que venha a ser construcionismo social, a busca pela definição conceitual do que é construção social pode ter utilidade prática. Em seu célebre artigo de 1985, Gergen menciona quatro pressupostos metateóricos construcionistas que, ampliados, tornaram-se cinco em seu livro *Realities and relationships*, de 1997. O primeiro pressuposto é que: “Os termos por meio dos quais explicamos o mundo e nós mesmos não são ditados pelos objetos estipulados por esses relatos” (Gergen, 1997, p. 49, tradução nossa). Esse pressuposto, que sofre influência da análise semiótica e da crítica textual, nasce da crítica da linguagem vista como correspondendo à realidade.

O autor afirma que, para a perspectiva construcionista social, não é possível construir sentidos sozinho, portanto, aquilo que será entendido como real, verdadeiro ou objetivo será sempre entendido a partir dos processos relacionais que os definem. Assim, o segundo pressuposto construcionista social traz a afirmação de que: “os termos e formas por meio das quais alcançamos o entendimento do mundo e de nós mesmos são artefatos sociais, produtos de trocas histórica e culturalmente situadas entre as pessoas” (Gergen, 1997, p. 49, tradução nossa). Dessa forma, todas as descrições do mundo são, nessa perspectiva, limitadas pelos processos relacionais que constroem diferentes inteligibilidades. Alguns discursos permanecem no tempo não por serem objetivos, mas por sua sustentação nos relacionamentos. Como afirma o autor, cada discurso sustenta uma variedade de práticas. Disso podemos entender o terceiro pressuposto proposto pelo autor, que é: “O grau em que uma dada explicação do mundo ou do *eu* é sustentado através do tempo não é dependente de sua validade objetiva, mas das vicissitudes do processo social” (p. 51, tradução nossa). A partir desse pressuposto entende-se que as diferentes descrições nascem das negociações, práticas rituais e socialização das comunidades.

O quarto pressuposto é enunciado da seguinte forma: “A linguagem deriva seu sentido nos encontros humanos a partir da maneira que funciona dentro dos padrões de relacionamento” (Gergen, 1997, p. 52, tradução nossa). Sobre esse pressuposto, Gergen (1997) afirma que ele ajusta-se à concepção de Wittgenstein do sentido como derivado de seu uso social. Para Wittgenstein (1999), no uso da linguagem uma pessoa enuncia algo e mostra a outra pessoa como agir de acordo com a enunciação. Utilizando-se do exemplo de um construtor e de seu ajudante que trabalham juntos na construção de um edifício, o filósofo discute o uso da linguagem. Vigas, lajotas e cubos servem para a construção de seus importantes conceitos de Jogos de linguagem e Formas de vida. No exemplo, o construtor solicita o material e o ajudante traz o que foi pedido, sendo que o ajudante sabe qual é o material correto a partir do ensino ostensivo das palavras, ou seja, das pessoas que enunciaram essa palavra antes e apontaram um determinado objeto para relacioná-los. O ajudante aprendeu, portanto, a denominar os objetos. Para o autor supracitado, todo processo de uso das palavras segue lógica semelhante a essa do construtor com seu ajudante. A elucidação ostensiva das palavras mostra o uso que ela possui dentro de um jogo de linguagem, ou seja, o uso da palavra é aprendido porque a pessoa que aprende já domina um certo tipo de jogo. Um jogo de linguagem refere-se à linguagem como atividade, como forma de vida, e o conceito de forma de vida refere-se aos padrões de ações culturais nas quais estão presentes os jogos de linguagem. Dessa forma, as palavras só adquirem sentido no seu uso, e sua função depende da *práxis* da linguagem. Nada é fixo e imutável. Novos tipos de linguagem surgem e outras desaparecem.

Assim, uma palavra apropriada não comprova a existência de qualquer coisa: “Alguém me diz: ‘Você compreende esta expressão? Ora, eu também a uso na significação que você conhece’. Como se a significação fosse uma espécie de halo que a palavra leva consigo e que fica com ela em qualquer emprego” (Wittgenstein, 1999, p. 66).

Considerando-se o quarto pressuposto construcionista social apresentado por Gergen (1997), compreende-se que é a partir das trocas microsociais que os sentidos são construídos. Portanto, o foco nesses microprocessos constitui, segundo o autor, a dimensão pragmática da

perspectiva construcionista social. Por fim, o autor apresenta o quinto pressuposto, que defende que: “Estimar as formas de discurso existentes é avaliar padrões da vida cultural; essas avaliações dão voz a outros enclaves culturais” (p. 53, tradução nossa). Sobre esse pressuposto, o autor convida os pesquisadores a considerarem suas “validades empíricas” como socialmente construídas, questionando de que forma elas colaboraram para promover práticas sociais e, por outro lado, limitar outras. Essas avaliações, como pondera o autor, não devem ser consideradas como a verdade sobre a produção de conhecimento, mas são um esforço de ampliar os movimentos críticos em ciência.

O próprio discurso construcionista social teve como influência movimentos críticos precedentes, como a crítica ideológica, a crítica retórico-literária e a crítica social (Gergen, 1997). Essas críticas são tidas como importantes colaborações na transformação paradigmática que colocou em xeque a ideia representacionista da linguagem e que colaboraram no nascimento da perspectiva construcionista social.

A crítica ideológica tem como principal alvo a tradição empiricista em ciência. Os críticos ideológicos questionam a neutralidade do pesquisador, expondo os vieses ideológicos e preconceitos de valores presentes na produção científica. A consequência mais importante dessa crítica, segundo Gergen (1997), foi a de questionar a crença de que a linguagem pode conter a verdade, além de problematizar a objetividade científica. Ainda que tal crítica tenha sedimentado as bases para o movimento construcionista social se articular, sua proposta difere da dos críticos ideológicos por entender que não é possível ocupar um lugar privilegiado a partir do qual seja possível dizer que conhecimento é válido ou inválido, construindo generalizações. Como afirma o autor, no discurso construcionista social a ideologia não é concebida como um estado psicológico, mas como uma prática social.

Outro movimento crítico que teria influenciado o nascimento dos construcionismos seria a crítica retórica-literária, que busca demonstrar que as afirmações científicas não são determinadas pelas características dos eventos que elas descrevem, mas pelas convenções literárias. A diferença entre os pressupostos dessa crítica, e aqueles que vão ser defendidos pelo movimento construcionista social é, segundo Gergen (1997), que os críticos retóricos-literários focam na ideia do texto em si mesmo, enquanto a proposta construcionista social considera o texto como comunicação humana. Qualquer denúncia de estruturas subjacentes aos discursos é também, para a perspectiva construcionista social, de natureza discursiva.

Um último movimento crítico a ser incluído como tendo influenciado o nascimento dos construcionismos é o movimento da crítica social, que tem em Max Weber, Max Scheler e Karl Mannheim seus principais representantes. Esses teóricos, segundo Gergen (1997), tinham como foco a origem social do pensamento científico, ou seja, estudavam o contexto cultural em meio ao qual as ideias sobre o mundo se formam. Esse grupo de pesquisadores enfatizou a contingência histórica e cultural do conhecimento nas ciências e a maneira como as comunidades científicas determinam o que, a partir de determinado momento, passa a ser considerado como conhecimento legítimo. Para eles, os processos sociais constroem o que vai ser considerado verdade. Os processos sociais como existentes em si mesmos constituem uma ideia que o discurso construcionista social não compartilha.

Fomentado por esses movimentos e diferenciando-se deles com relação aos pontos mencionados, a proposta construcionista social foi, ao longo do tempo, adentrando as arenas de discussão científica, por meio dos pesquisadores defensores de seus pressupostos. Tal perspectiva foi convidada a responder a algumas críticas com relação a suas propostas para o fazer ciência. Entendemos que tentar convencer alguém das vantagens de uma proposta construcionista social em ciência seria uma contradição em termos, quando se considera essa proposta uma opção discursiva e não uma verdade fundamental sobre o mundo. Gergen (1997) postula que a proposta construcionista social é também uma construção social, seus argumentos não definem uma verdade última em ciência, e só podem ser considerados dentro de seu contexto histórico e cultural de produção. O autor acredita nos benefícios da reflexão sobre as consequências do uso do discurso construcionista, ponderando sempre sobre quais dispositivos literários e retóricos estão sendo utilizados, quais valores estão sendo privilegiados e quais vozes estão sendo silenciadas: “Todas as análises construcionistas engajam-se em uma forma de “realismo seletivo”, privilegiando certos “objetos de análise”. Todas elas requerem uma forma de “manipulação ontológica” para alcançar impacto retórico (p. 78, tradução nossa).

Assim, não é possível desmerecer o conhecimento construcionista por meio da referência a verdades objetivas ou critérios transcendentais, uma vez que o próprio construcionista não se posiciona como detentor de verdades universais. A perspectiva construcionista social é uma inteligibilidade, e como tal oferece algumas opções linguísticas para animar as conversas entre as pessoas. É um convite para uma forma particular de relacionamento, para uma forma de vida, e sua postura de não se assumir como “a” verdade deixa espaço para a emergência de sentidos alternativos e para a discussão de sua funcionalidade nos relacionamentos.

O movimento construcionista não nega a existência de um mundo material, dos eventos físicos, dos objetos ou de um “mundo lá fora”:

[...] o construcionismo social é ontologicamente mudo. O que é, simplesmente é. Não existe nenhuma descrição fundamental a ser feita sobre um “lá fora” em oposição a “um aqui”, sobre a experiência ou o material. Uma vez que nós tentamos articular ‘o que é’, no entanto, nós entramos no mundo do discurso (Gergen, 1997, p. 71, tradução nossa).

Os construcionistas sociais abrem mão da preocupação em avaliar qual é a descrição mais adequada, mais acurada, ou mais objetiva, sobre “as coisas” e, ao posicionar-se dessa maneira são muitas vezes criticados por não considerarem as questões do poder que estariam presentes na produção do conhecimento científico. Gergen (1997) considera tal crítica de suma importância, todavia, para ele, o perigo da reificação do conceito de poder dentro de diferentes comunidades pode levar a não consideração das consequências relacionais dessas construções. Esse autor responde ainda às críticas que sofrem os construcionistas de não se comprometerem eticamente e de terem uma postura amoral. O autor afirma entender que, para a perspectiva construcionista social, a ação moral não nasce da mente individual, pois é um ato público, inseparável dos relacionamentos que a sustentam. A moralidade não é algo que alguém possui, mas “uma ação que possui seu sentido moral apenas dentro de uma arena particular de inteligibilidade cultural” (Gergen, 1997, p. 103, tradução nossa). Dessa forma, em relação à crítica de que a proposta construcionista social seria amoral, o autor replica:

Ainda que nenhuma visão moral ou política explicitamente tenha sido mencionada no presente trabalho, os textos construcionistas são inerentemente porosos: com pouco esforço, pode-se localizar nessas linhas de argumento fortes preferências morais e políticas. [...] Alguns acham o construcionismo profundamente moral ao colocar a *relacionalidade* antes do eu, enquanto outros verão a crítica da razão e intenção individual como o fim da responsabilidade moral. O construcionismo é moralmente superficial ou moralmente profundo? O resultado depende tanto da teoria construcionista como da leitura que fazem de seus argumentos (Gergen, 1997, p. 79-80, tradução nossa).

Alguns críticos identificam nos textos construcionistas a influência do feminismo, marxismo e liberalismo. O próprio Gergen (1997) reconhece em seus textos os compromissos éticos do bem-estar humano, harmonia social, redução de conflitos e a aceitação das diferenças, que podem inclusive ser identificados como virtudes liberais já muito discutidas. Todavia, o autor ressalta que não defende esses valores como fundamentais, tentando prová-los como essenciais para os relacionamentos humanos. Gergen os vê simplesmente como convites para o diálogo e para a problematização. Ainda que não seja possível definir uma única moralidade construcionista, isso não significa que os construcionistas não tenham uma preocupação em contribuir com o bem-estar das pessoas, ou que sejam contra um comprometimento moral. Apenas abrem espaço para uma pergunta decisiva: seria possível uma definição descontextualizada do que é bom e do que é ruim (Gergen, 1997)?

Funcionalidade e autoreflexividade em ciência

Para a ciência tradicional empiricista, a objetividade é entendida como um estado psicológico do indivíduo, que o capacitaria a produzir relatos acurados da realidade. Essa perspectiva dualista e mecanicista defende a relação de causa e efeito entre algo que acontece em um fora, “mundo externo”, e sua apreensão em um dentro, “mundo interno” ou “estado mental”, como argumenta Gergen (2009). As palavras, no marco dessa inteligibilidade, servem para representar aquilo que é apreendido por essa esfera mental. Participa dessa tradição a ideia de um *eu* autocontido, que, para alcançar a objetividade de suas descrições, deve estar descontaminado de vieses, tais como os preconceitos, expectativas e valores pessoais, na observação e no relato desse “mundo” lá fora.

Esse discurso positivista, como aponta Gergen (1997), defende a separação entre sujeito-objeto, a existência de um mundo objetivamente percebido, a possibilidade de uma experiência desse mundo e da purificação das lentes individuais que analisam esse mundo. A linguagem objetiva seria, como explicita o autor, uma linguagem da visão, e essa visão espelharia o mundo como uma cópia fiel. Nessa perspectiva, o pesquisador é um sujeito passivo que descreve a realidade como ela é, a validade preditiva de uma linguagem teórica corresponde aos eventos do mundo externo, a observação proporciona a avaliação de tal correspondência e assegura o valor das teorias utilizadas, e a objetividade garante a consistência da autoridade científica.

O discurso pós-positivista, por sua vez, passou a levar em conta de que forma as observações da realidade elaboradas pelo pesquisador são influenciadas por suas características pessoais e visões de mundo, ou seja, defende que os cientistas constroem o conhecimento pela junção do que está “em sua mente” com “o mundo lá fora”. Esse discurso rompeu a oposição entre racionalismo e empiricismo. Todavia, manteve alguns dos pressupostos positivistas, como o da crença na existência de um mundo real capaz de prover conhecimentos que são universais e cumulativos. O pesquisador pós-positivista procura se distanciar de seu objeto de investigação, tentando garantir uma maior neutralidade, ainda que a considere como nunca totalmente possível. A linguagem permanece, nos limites desse discurso, sendo considerada como representante de um mundo lá fora (Hosking & McNamee, 2011).

A diferença entre objetividade, que seria a descrição de um “real” sem a influência das características do pesquisador, e subjetividade, que considera essa influência como presente na produção do conhecimento científico, só faz sentido, como afirmam Hosking e McNamee (2011), a partir de um discurso realista. Para as autoras, uma opção alternativa ao discurso da ciência tradicional e ao discurso pós-positivista é dada quando se entende ciência como um processo relacional contextualizado histórica e culturalmente. Sendo assim, as autoras acreditam que a perspectiva construcionista social é uma das opções possíveis. Como afirma Gergen (1997), nessa proposta a objetividade é considerada um empreendimento retórico, havendo uma reconsideração da natureza da linguagem.

Uma pergunta que pode surgir quando se propõe a pensar a relatividade das produções científicas, considerando-se um paradigma pós-moderno em ciência, é qual seria a razão de produzir ciência quando as decisões sobre sua produção não são mais comuns a todos (Schwandt, 2008). A sensibilidade construcionista nos indica um caminho para a resposta a essa pergunta, a partir da consideração das possíveis implicações que uma pesquisa com essas características pode ter para as trocas humanas. Para Gergen e Gergen (2007), a eficácia da pesquisa passa a ser discutida a partir da sua capacidade de promoção de transformações sociais relevantes. Dessa forma, o desafio é gerar conhecimento que promova trocas produtivas entre as pessoas, evitando a produção da exclusão. A questão da validade é, então, reformulada a partir do conceito de funcionalidade, do impacto social da pesquisa. Os autores afirmam que as discussões sobre a crise da validade nas ciências humanas muitas vezes não reconhecem as complexidades da “relacionalidade humana”. Eles acreditam que o futuro da pesquisa qualitativa se apresentará não como uma concordância geral entre seus praticantes, mas como um cenário de tensão generativa, em que as discordâncias serão colocadas em um “diálogo apreciativo”, com o questionamento sobre quais futuros podem se abrir.

É desafiador fazer uma pesquisa com o foco nas transformações sociais que ela possa promover, uma vez que não temos o controle do uso que um trabalho científico possa ter nas trocas discursivas das pessoas que entrarem em contato com ele. Sobre esse ponto, Hosking e McNamee (2011) defendem que, para que uma investigação científica possa ser útil a seus participantes, o investigador deve estar aberto para a complexidade, para a convivência de diferentes verdades, colocando-as em conversa umas com as outras e valorizando as múltiplas formas de vida (Wittgenstein, 1999) que podem popularizar o processo da pesquisa. Gergen (1997), por sua vez, sugere que as pesquisas construcionistas possam ser avaliadas a partir de: uma crítica cultural, ao se assumir que todo conhecimento produzido sempre afetará a vida social; uma crítica interna, que coloca em questão as construções do pesquisador e suas implicações para a vida das pessoas. O pesquisador, segundo esse teórico, deverá ser capaz de contextualizar a produção de sua pesquisa mostrando seus limites.

Como coloca Spink (2003), devemos sempre ponderar sobre as implicações de fazermos pesquisa a partir de uma perspectiva que assume que existem “múltiplas histórias a serem contadas e estas nos falam da realidades múltiplas” (p. 6). Uma história “não é simplesmente

contadas e estas nos tornam de realidades múltiplas” (p. 9). Uma história não é simplesmente uma história, é uma ação situada em si mesma, uma encenação com efeitos concretos. Ela age de forma a criar, sustentar ou alterar mundos de relação social” (Gergen & Kaye, 1998, p. 215). Um recurso útil para ponderar como a presente tese é apenas uma história a ser contada é a autoreflexividade, entendida como a busca do pesquisador de “[...] demonstrar para suas audiências sua situacionalidade histórica e geográfica, seus investimentos pessoais na pesquisa, os vários vieses que eles trazem para o trabalho, suas surpresas e seus fracassos no processo do empreendimento de pesquisa” (Gergen & Gergen, 2007, p. 579, tradução nossa).

Assim, este conceito incorporaria as vozes do pesquisador à pesquisa, o que não deixa de ser, segundo os autores, uma forma de autoexposição (Gergen & Gergen, 2007). Autoreflexividade seria uma alternativa ao conceito de validade em ciência. Deve-se tomar o cuidado de não se assumir que essas descrições sobre as razões que nortearam as decisões da pesquisa correspondem ou são *a verdade* sobre como a pesquisa foi feita. O conceito de autoreflexividade torna-se um importante instrumento para o exercício de uma ética relacional. O pesquisador deve ter como qualidades a abertura necessária para as múltiplas racionalidades locais que estão sempre em transformação e a apreciação para perceber que essas racionalidades locais têm sua coerência delimitada por seu contexto de produção (Hosking & McNamee, 2011). Ser relacionalmente ético, nesse sentido, é estar atento ao processo de relacionar-se, refletindo sempre sobre as decisões da pesquisa a partir das realidades construídas por essas (Spink & Menegon, 2000).

Pesquisa como um processo relacional

Como é possível perceber, adotar uma epistemologia construcionista social significa priorizar algumas formas de investigação em detrimento de outras. Holstein e Gubrium (2008), autores do livro *Handbook of constructionist research*, dividem as pesquisas construcionistas com base no tipo de pergunta feita pelo pesquisador, sendo que alguns questionam sobre como a realidade é construída, e os demais sobre o que é construído. Já Gergen (1997), cita três possibilidades de pesquisa. A primeira relaciona-se com pesquisas comprometidas com a defesa de valores sociais e éticos específicos e com críticas ideológicas. O pesquisador, nesse caso, assume um posicionamento claro em defesa ou contra determinado aspecto da vida social. Um exemplo de investigação desse tipo é o trabalho de Sampson (2008) com seus argumentos contra a ideologia do individualismo auto-contido.

A segunda forma de pesquisa construcionista tem como foco as construções de “eu” e de “mundo” das pessoas, apresentando as realidades que estão sendo consideradas como óbvias e problematizando-as como construções sociais. Estão dentro desse grupo as pesquisas sobre a construção social do corpo, da sexualidade, da relação homem-mulher, das doenças e dos conceitos psicológicos como emoção, inteligência e outros. Importante nessa forma de investigação é a sua força como transformação social, pois uma vez que se identifica o caráter construído de muito daquilo que é dado como certo pelas pessoas, o aparecimento de descrições alternativas se torna possível e a mudança social pode acontecer. Nessas pesquisas construcionistas, não existe separação entre produção científica e transformação social, entre pesquisa e intervenção. O conhecimento em ciência é ele mesmo ação no mundo. Pesquisas com essas características possuem implicações políticas importantes, pois colocam em xeque verdades tidas como absolutas. Elas buscam responder como os problemas foram definidos como um problemas e que padrões de relacionamentos sustentam suas definições.

Ainda para Gergen, a terceira forma de investigação tem o foco nos processos sociais através dos quais as pessoas adquirem conhecimentos. Algumas questões possíveis de serem feitas: como ocorrem os desentendimentos?; que condições favorecem mudanças na forma das pessoas entenderem “o mundo”?; como construções contraditórias podem conviver? Nessa esfera de pesquisas, encontram-se os trabalhos etnometodológicos de Garfinkel (1967), as estratégias microssociais de Goffman (1959), a teoria do posicionamento de Davies e Harré (1999) e a psicologia discursiva de Edwards e Potter (1992).

No grupo de pesquisadores estudiosos do discurso, temos aqueles cujo foco é o estudo do conteúdo e outros com o foco no processo. Os estudiosos do conteúdo interessam-se pelas construções que as pessoas fazem do mundo, já os estudiosos do processo se dedicam às funções

dos discursos nos relacionamentos. O foco no processo depende de uma “escuta dupla”, primeiro ouvindo o conteúdo e depois suas implicações nas interações estudadas. Nesse grupo, encontram-se as pesquisas que objetivam entender a construção discursiva do “eu”. A teoria do posicionamento e da construção narrativa são dois importantes recursos teórico-metodológico dentro desse campo.

Gergen (2009) coloca os construcionistas que estudam os discursos como responsáveis por inovações metodológicas importantes, ainda que, na sua opinião, suas pesquisas mantenham ainda traços das pesquisas empiricistas tradicionais, por utilizarem de “observações” ou outros “dados empíricos” para dar crédito a suas conclusões. Todavia, diferem dessas pesquisas por entenderem que os dados não falam por si sós, que o pesquisador constrói o que eles significam, e por não buscarem controle de variáveis ou predições. Entendendo a pesquisa como vestida de valores, os pesquisadores do discurso “usam a pesquisa para promoção dos objetivos que eles valorizam” (p. 65), sendo uma forma de crítica social.

Como pontuado por Hosking e McNamee (2011), o investigar é entendido como um processo de recriação de realidades relacionais. Segundo Gergen (1997), para falarmos de realidades relacionais uma linguagem relacional é requerida. Todavia, como ressalta o autor, é um desafio encontrar palavras, termos e expressões que construam um discurso da relacionalidade. É interessante a analogia que Gergen faz para explicar esse desafio, utilizando-se da descrição de Wittgenstein (1999) sobre os jogos de linguagem. Ao falarmos das peças do xadrez como “coisas” que existem separadamente, estamos empregando o discurso individualista, tão conhecido e com vocabulário vastamente disponível. O discurso da relacionalidade seria a possibilidade de encontrar palavras que descrevessem o próprio jogo de xadrez, sem a separação de suas peças, traçando construções sobre o processo relacional desse jogo. Como fugir da perpetuação de uma linguagem individualista? No desafio para a criação de uma nova linguagem, Gergen (1997) deixa claro não estar sugerindo o abandono de vocabulários que são úteis dentro das tradições culturais contemporâneas: “Isso resultaria em uma linguagem sem utilidade, abstraída de qualquer contexto...” (p. 218). O que ele propõe é a reconstrução dos termos mentais entendidos como relacionais e a substituição do foco em uma subjetividade individual, para o domínio dos processos microssociais.

Para falarem ou escreverem sobre esses processos relacionais, Hosking e McNamee (2011) utilizam o termo *performance*, como forma de enfatizar as ações não linguísticas. Para elas, as pessoas performam juntas na produção de um mundo, uma identidade, uma vida e uma realidade vivida. As realidades relacionais são construídas e reconstruídas por múltiplas e simultâneas formas de relacionamento em fluxo. A partir dessa perspectiva, o relacionar-se é entendido como uma performance corporificada, que inclui a construção e o uso de artefatos. Partindo dessa ideia, as autoras afirmam que o objetivo da investigação construcionista social deve ser o de proporcionar um contexto (físico, relacional e pessoal) para que as performances cristalizadas possam ser questionadas e para que diferentes formas de performance possam aparecer. O investigador se posicionará a partir de uma lógica dialógica e não monológica. O entendimento da comunicação como monológico tem como foco o indivíduo auto-contido e o entendimento acontecerá ao entender o indivíduo, seus motivos e suas lógicas. Já no dialogismo, o foco é o que acontece entre as pessoas, em como elas se engajam na atividade dialógica. São contextos de criação de conhecimento e de racionalidades situadas. O foco é o processo, em como as ações do investigador convidam a determinados rituais. Não existe um lugar que o pesquisador possa ocupar que lhe dê privilégio para construção do conhecimento, o “eu” do investigador se modifica durante esse processo, assim como as posições que ele ocupa e suas relações com a comunidade que está sendo estudada.

Partindo do discurso construcionista sobre pesquisa, não é possível ver como separados a investigação da intervenção, o processo do resultado e o pesquisador do pesquisado. A ideia de um objeto de estudo imutável ao longo do tempo ou a crença na possibilidade de separação entre o que pertence ao pesquisador e o que pertence ao participante só fazem sentido dentro de uma inteligibilidade em ciência que defenda a existência desse objeto como uma entidade e essa separação como um fato da natureza. Para evitar a cristalização dos significados sobre aquilo que está sendo estudado, Gergen e Gergen (2007) sugerem que o pesquisador se posicione como um jornalista, um comentarista da contemporaneidade, para que, a partir desse posicionamento, ele relate sobre o que está investigando de forma a ressaltar o caráter mutável das realidades e a rapidez das mudanças sociais. Como parte do contexto discursivo da pesquisa, o pesquisador

deve tornar público seu relacionamento com relação aos participantes (Gehart, Tarragona & Bava, 2007).

Alguns autores fazem a seguinte pergunta: Mas se a pesquisa fala sobre algo, então que algo é esse? A referência a algo, expressa discursivamente (relato científico, por exemplo), passa a ser pensada, no discurso construcionista social, como ontologicamente heterogênea, não podendo ser reduzida nem à linguagem nem a uma realidade externa, mas sendo significada como uma combinação de linguagem, simbolização, relações sociais, ambiente, instituições, corpos e materiais (Gergen & Gergen, 2007). Na forma tradicional de ciência, o que a ciência produz e o contexto da justificativa - os argumentos que mobilizam a produção científica - são vistos separadamente. Essa separação garantiria a neutralidade científica. A justificativa de uma pesquisa, dentro dessa inteligibilidade, tem relação com um conhecimento que ainda não foi alcançado, com a procura por uma peça do quebra-cabeça, que quando completo revelaria uma ou mais verdades sobre o mundo. É a ideia do conhecimento científico como cumulativo (Hosking & McNamee, 2011).

Para a perspectiva construcionista social, a justificativa para a produção científica é culturalmente e historicamente construída. A escolha do tema e a construção do projeto de pesquisa não são frutos de atos individuais, mas ações conjuntas, que nascem dos diálogos do pesquisador com as comunidades relacionais das quais participa, que por sua vez, dão significado para essas escolhas. Essas decisões podem levar em conta aspectos formais como, por exemplo, as demandas das agências financiadoras da pesquisa, os prazos para o cumprimento do projeto, os rumos da carreira profissional do pesquisador, entre outros. Portanto, a pesquisa vai sendo construída ao longo de todo o processo, sendo que as decisões iniciais do pesquisador são suplementadas pelos participantes da pesquisa, modificando-as (Hosking & McNamee, 2011).

É importante ressaltar que a garantia da utilidade de uma pesquisa não está sobre controle do pesquisador, mas vai ser dada pelo uso que essa pesquisa vai ter a partir do diálogo com seus interlocutores. Uma das maneiras de buscar ampliar esses públicos possíveis de um relato científico pode ser por meio das diferentes formas de sua escrita.

Escrever é convidar os leitores a um tipo de relacionamento, é posicionar escritor e leitor. A partir de diferentes tipos de escrita, diferentes convites são enviados (Gergen & Gergen, 2007) e, por conseguinte, cada forma de escrever pode valorizar formas específicas de práticas sociais. Os pesquisadores com inspiração pós-moderna experimentam os efeitos de mudanças no formato da escrita acadêmica por meio do uso de estruturas não lineares e do abandono de padrões e convenções científicas (Gergen, 2009). Comentários reflexivos são incluídos no texto para evitar univocidade (Gergen & Gergen, 2007), *hyperlinks* são criados no texto criando uma leitura dinâmica do trabalho, modificando o contexto e o conteúdo da interpretação, sendo que a polifonia de vozes é mantida na redação final da pesquisa, evitando que a escrita do pesquisador faça uma grande síntese de todas elas (Gehart et al., 2007), entre outras inovações.

Gergen e Gergen (2007) enfatizam que as inovações não devem ser feitas apenas como aventuras com as palavras, ou como modismos, mas como convites para diferentes relacionamentos leitor-texto, considerando-se os fins utilitários e pragmáticos do trabalho.

Construindo percursos metodológicos

Hosking e McNamee (2011) pontuam não acreditarem na possibilidade de definição de um método construcionista social. Para elas, a escolha metodológica deve ser entendida como uma prática social que abre algumas possibilidades e fecha outras. O método não possuiria sentido em si mesmo, mas antes, deve oferecer uma orientação, colocar em prática o discurso construcionista social em seus pressupostos ontológicos e epistemológicos, e direcionar o que o pesquisador vai tomar como dados, como fato e como rigor. As autoras preferem nem mesmo utilizar o termo método, ou o termo dados, evitando a cristalização de uma realidade (Gergen & Gergen, 2007).

Ainda que algumas decisões metodológicas devam ser feitas com antecedência, o investigador deve cuidar para que essas decisões sejam dialógicas. O pesquisador pode trabalhar com estruturas mínimas que norteiam o processo de investigação, mas que não torne este rígido. O método científico só pode construir o que seu discurso assume como existência, portanto, as

perguntas do pesquisador, na coleta de seus dados, terão relação com aquilo que ele acredita que são as coisas. Nessa visão, o investigador deixa de lado o controle da pesquisa para abrir-se para a multiplicidade e para as mudanças contínuas do relacionar-se (Hosking & McNamee, 2011) e, ainda, o rigor metodológico é garantido pela clareza da descrição dos passos adotados e à explicitação das razões por suas escolhas (Spink & Lima, 2000).

Para Hosking e McNamee (2011), todas as investigações são narrativas, sendo que algumas utilizam abordagens narrativas como recursos teórico-metodológicos específicos, como por exemplo, para a análise de entrevistas, grupos, etc. Narrativas estão sendo entendidas como recursos conversacionais, construtoras de realidades relacionais. As narrativas das pessoas sobre o mundo não devem ser remontadas, em sua origem, nem a uma mente individual nem a “eventos” acontecidos. Apenas dentro de uma perspectiva cultural os “eventos” se tornam “eventos” (Gergen, 1997). Dessa maneira, as narrativas são vistas como relacionais e não individuais, não são entendidas como representações do conhecimento de dentro da pessoa, mas como coconstruções, que incluem o pesquisador. A pesquisa deve deixar espaço para “o outro” contar suas histórias, com espaço para a pessoa falar o quanto quiser. As ações coconstruídas contribuem para a narrativa que é contada. Os atos construídos do entrevistado se relacionam, segundo Hosking e McNamee, à responsividade do participante com relação às perguntas do pesquisador. Em contrapartida, o investigador deve olhar para como o próprio processo de investigação modifica seus participantes.

A sensibilidade construcionista em pesquisa nos informa que o participante de uma pesquisa não é um objeto a ser conhecido (Hosking & McNamee, 2011), é um parceiro conversacional (Gehart et al., 2007). O “sujeito da pesquisa” não está lá para ser estudado, é o pesquisador que o constrói com suas descrições. Diferentes seleções de participantes constroem diferentes narrativas, e Cooperrider, Whitney e Stavros (2003) defendem que a seleção dos participantes deve considerar a escolha de diferentes pessoas que ocupem posições e espaços distintos e que representem a pluralidade da comunidade estudada. A partir dessa reflexão, não apenas a questão da inclusão de participantes no estudo é reformulada, mas também os métodos e procedimentos em pesquisa, considerando as possibilidades transformadoras das opções alternativas.

Gehart et al. (2007) discutem as possibilidades de entender a pesquisa como uma prática colaborativa. Como mencionado, o pesquisador não está descobrindo verdades, mas negociando entendimentos em um processo dialógico e dinâmico, com realidades que são criadas a partir de uma matriz relacional. Como pontuam essas autoras, as perguntas que fazemos sempre estão situadas em redes complexas de relacionalidade, sendo, portanto, performáticas. E as respostas do participante não emergem a partir de fora da conversa, mas de dentro dela, produto do diálogo com o pesquisador, da busca de ambos de manterem a coerência com o que está sendo dito pelo outro. Dessa forma, o pesquisador não se posiciona como especialista na vida da pessoa, mas coloca-se em uma posição de quem está aprendendo com o participante.

Para a interpretação do “material coletado”, diferentes *multitudes* podem ser convidadas a entrar na arena interpretativa (Gergen & Gergen, 2007). Participantes, literatura científica, mídia, pesquisador, entre outros, podem estar presentes na “análise dos dados”. A análise dos dados é também um processo de produção de significados, que acontece desde a decisão sobre o que o pesquisador vai investigar, a revisão bibliográfica realizada e a escolha metodológica. Portanto, essa análise não pode ser vista separada desse processo (Gehart et al., 2007). Vista como uma atividade social, cabe aqui, mais uma vez, a postura reflexiva do pesquisador de explicitar para o leitor a sua relação com os dados, entendendo a neutralidade como um dispositivo retórico. O pesquisador deverá apontar as histórias e as vozes que foram importantes para essas decisões na pesquisa e que atravessaram o processo analítico.

Cada versão sobre “os dados coletados” é uma nova versão, e não uma aproximação da verdade. Então, uma possibilidade é a do pesquisador abrir espaço em seu trabalho para contar “as histórias sobre histórias”, que seria narrar sobre a produção dos “dados” na pesquisa, em uma postura reflexiva sobre o processo de produção de sentidos durante o trabalho (Gehart et al., 2007). Diferentes procedimentos de análise serão escolhidos considerando-se as perguntas de pesquisa e o contexto de sua produção e as preferências do pesquisador. A visibilidade do processo analítico inclui a exposição do pesquisador sobre suas preferências por determinadas ferramentas conceituais e teóricas na compreensão do material.

Uma vez que a proposta construcionista social não entende teoria como representação de

uma realidade, ela propõe que as teorias sejam entendidas como performáticas, isso é, como capazes de promover trocas sociais mais ou menos significativas, considerando-se uma inteligibilidade local. Portanto, seu valor está em sua capacidade pragmática. A escolha das teorias em uma pesquisa não acontece *a priori*, sendo um exercício de responsividade à leitura das entrevistas, ao momento de desenvolvimento da pesquisa e às particularidades dos pesquisadores (McNamee, 2004a).

Como é possível perceber a inteligibilidade construcionista social oferece algumas aberturas para que a prática em pesquisa possa ser vista como coconstrutora de novos mundos. Este texto busca aproximar os leitores de algumas das conversas realizadas na área, acreditando que essa aproximação pode alimentar diálogos futuros sobre de que forma o pesquisador se posicionará como importante instrumento de mudança social. Fica aqui o convite para a conversa.

Referências

Cooperrider, D. L., Whitney, D., & Stavros, J. M. (2003). *The appreciative inquiry handbook: For leaders of change*. Bedford: Lakeshore Communications.

Davies, B., & Harré, R. (1999). Positioning and personhood. In R. Harré, & L. Van Langenhove (Eds.), *Positioning theory: Moral contexts of international actions* (pp. 32-52). Oxford: Blackwell.

Edwards, E., & Potter, J. (1992). *Discursive psychology*. London: Sage.

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

Gehart, D., Tarragona, M., & Bava, S. (2007). A collaborative approach to research and inquiry. In H. Anderson, & D. Gehart (Eds.), *Collaborative therapy: Relationships and conversations that make a difference* (pp. 367-390). New York: Routledge.

Gergen K. J. (1997). *Realities and relationships: Soundings in social construction* (2nd ed.). Cambridge: Harvard University Press.

Gergen, K. J. (2009). *An invitation to social constructionism* (2nd ed.). London: Sage Publications.

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2007). Qualitative inquiry: tensions and transformations. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *The landscape of qualitative research: theories and issues* (pp. 575-610). London: Sage.

Gergen, K. J., & Kaye, J. (1998). Além da narrativa na negociação do sentido terapêutico. In S. McNamee, & K. J. Gergen (Eds.), *A terapia como construção social* (pp. 201-222). (C. O. Dornelles, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Goffman, E. (1959). *The presentation of self in everyday life*. New York: Doubleday.

Holstein, J. A., & Gubrium, J. F. (2008). *Handbook of constructionist research*. New York: The Guilford Press.

Hosking, D. M., & McNamee, S. (2001). *Transforming inquiry: Research as relational practice*. (Book manuscript in preparation).

McNamee, S. (2004a). Promiscuity in the practice of family therapy. *Journal of Family Therapy*, 26 (3), 224-244.

McNamee, S. (2004b). Social construction as practical theory: lessons for practice and reflection in psychotherapy. In D. Pare, & G. Lerner (Eds.), *Collaborative practice in psychology and therapy* (pp. 9-21). New York: Haworth Press.

Sampson, E. E. (2008). *Celebrating the other: A dialogic account of human nature*. Chagrin Falls: Taos Institute publication.

Schwandt, T. A. (2008). Three epistemological stances for qualitative inquiry: interpretivism, hermeneutics, and social constructionism. In J. A. Holstein, & J. F. Gubrium (Eds.), *Handbook of constructionist research* (pp. 292-331). New York: The Guilford Press.

Spink M J P & Menezon V M (2000) A pesquisa como prática discursiva. In: SPINK M J

Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. (2003). Subvertendo algumas dicotomias instituídas pelo hábito. *Athenea Digital: Revista de Pensamiento e Investigacion Social*, 4, 1-7.

Spink, M. J. P., & Frezza, R. M. (2000). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 17-39). São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P., & Lima, L. (2000). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. P. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.

Wittgenstein, L. (1999). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.